

A globalidade da terra e a estratégia da globalização	Titulo
Hinkelammer, Franz - Autor/a;	Autor(es)
A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas	En:
Buenos Aires	Lugar
CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	Editorial/Editor
2007	Fecha
Campus Virtual	Colección
Ciencia; Mercado; Movimientos Sociales; Resistencia Social; Globalizacion; Economia;	Temas
Capítulo de Libro	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715082514/cap16.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)
Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)
www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



A globalidade da terra e a estratégia da globalização**

* Doutor em Economia pela Universidade Livre de Berlim, filósofo e teólogo da libertação. Professor de Economia no Departamento Ecumênico de Investigações na Costa Rica (DEI).

** Tradução de Simone Rezende da Silva.

Do rei Pirro, rei da antigüidade grega, conta-se que depois de uma grande batalha e sua vitória exclamou: “Outra vitória assim, e estou perdido”. Sabia que não devia ter uma segunda vitória deste tipo, porque esta seria seu fim.

Vivemos em um sistema que, em 1989, teve sua primeira vitória de Pirro. No entanto, o sistema está empenhando-se em uma segunda vitória total. Trata-se agora de vencer toda resistência humana que o enfrente. Se o consegue, esta será a segunda vitória de Pirro, e por isso o fim. Porém, não somente o fim do sistema, mas também o fim da humanidade. Não obstante, o sistema sofre a vertigem da segunda vitória de Pirro.

O contexto da globalização

A palavra globalização converteu-se em uma palavra da moda. Contudo, essa não é razão para nos desfazermos dela. Estamos atuando em um novo contexto de globalização que se impôs no último meio século. Globalização nos diz que o mundo é um globo, e que o é cada vez mais. Há muito tempo sabe-se que o mundo é redondo. Copérnico sabia, e Cristóvão Colombo tirou da tese astronômica copernicana conclusões que transformaram esta terra. O mundo globalizou-se e fez-se mais redondo do que já era para Copérnico. Toda a história posterior pôde ser escrita como uma história de globalizações subsequentes, que fizeram mais redonda a terra na medida em que revelaram novas dimensões desta redondeza.

Quando Alexandre o Grande conquistou seu império, dizia-se que com cada novo país apenas conquistava uma nova fronteira. O processo de conquista era um

processo que aspirava uma má infinidade impossível de ser alcançada. A terra parecia infinita, sem nenhuma possibilidade ou visão de ser conquistada inteira. Não obstante, quando a terra resulta redonda sua conquista parece possível. Portanto, a própria terra transformou-se em um objeto a ser conquistada. Aparece a perspectiva de conquistá-la inteira. Já o rei da Espanha gabava-se de seu império, no qual o sol não se punha. E o colonialismo já se referia à terra inteira, que era agora o objeto de colonização por parte do colonizador. Os séculos XVIII e XIX foram séculos de corrida pela colonização do mundo por parte da Europa colonizadora. Seu *mapa mundi* tinha manchas brancas que a conquista eliminaria. No final do século XIX todo o mundo estava colonizado e repartido entre um punhado de países colonizadores, os quais eram pequenos ao lado da extensão do mundo conquistado.

Não se conquistava já com cada novo país uma nova fronteira, porque não havia novos países. A terra estava repartida. Entretanto havia vários colonizadores. Eles agora tinham que enfrentar um ao outro para poder conquistar novos países. Começava a luta pela repartição do saque. Com isso surgiu a luta pelo poder mundial. Se um eliminasse todos os outros, podia aspirar ser o dono total e global. Isso deu às guerras que se seguiram o caráter de guerras mundiais, que se faziam pelo domínio do mundo por parte de um só poder. A terra como objeto da conquista era agora disputada entre os conquistadores.

Esta conquista tem como *conditio sine qua non* o saber da redondeza da terra. Isto não aparece mais que como um fato da astronomia. Mas tem como resultado a tomada de consciência decorrente da redondeza da terra, o que vai além de um fato astronômico.

A globalização era, melhor dito, uma palavra marginal. Não obstante, em nosso tempo designa uma nova etapa desta redondeza da terra que se distingue das anteriores de uma maneira completamente nova. Desta vez de forma compulsiva, estamos tomando de novo consciência do fato de que a terra é um globo.

Esta nova experiência da redondeza da terra ocorreu em 1945, com a explosão da primeira bomba atômica. Esta resultou ser a primeira arma global, porque seu uso futuro comprometia a existência da própria vida humana na terra. O acesso de vários poderes à bomba atômica não deixava dúvida de que a terra havia se transformado em relação à humanidade. Se não mudasse seu modo de atuar, a humanidade não poderia

continuar vivendo na terra. O globo estava prestes a arrebentar. Esta terra já não podia ser tratada simplesmente como um objeto por conquistar com existência independente do fato da conquista. Se persistisse a mesma atitude de conquista do objeto terra, esta seria destruída. Conquistá-la desembocou no perigo de destruí-la.

Nesse momento começou uma nova consciência da globalidade da vida humana e da mesma existência do planeta, que se havia globalizado de uma maneira nova. Se a humanidade queria continuar vivendo, tinha que assumir uma responsabilidade que até agora somente se poderia ter sonhado. Era a responsabilidade pela terra. Esta responsabilidade apareceu então como obrigação ética, porém ao mesmo tempo como condição de possibilidade da vida futura. A exigência ética e a condição de possibilidade da vida uniram-se em uma única exigência. O útil e o ético uniram-se não obstante toda uma tradição positivista que por muito tempo as havia separado.

Contudo, em certo sentido, a bomba atômica parecia ainda algo externo à ação humana cotidiana. Parecia que uma vez conseguindo-se evitar sua aplicação por meios que correspondiam à política dos Estados, seria possível prosseguir vivendo como sempre. No entanto, a nova globalização bateu de novo à porta. Esta vez com o informe do Clube de Roma sobre os limites do crescimento, que apareceu em 1972. Os limites do crescimento expressaram de uma maneira nova a redondeza da terra, seu caráter de globo. Outra vez a terra fazia-se mais redonda. Só que agora a ameaça provinha da ação humana cotidiana, não de nenhum instrumento específico que se poderia controlar por meios aparentemente externos. Toda a ação humana desde as empresas, os Estados, e a ação de cada um, estavam envolvidas em seu fazer cotidiano. Aparecia de novo a responsabilidade humana pelo globo. Ainda que desta vez com muito mais intensidade. A humanidade tinha que dar resposta a efeitos cotidianos de sua própria ação diária. Toda a canalização da ação humana pelo cálculo de utilidade (interesse próprio) e a maximização dos lucros nos mercados, estava agora em questão. Esta crítica converteu-se então em condição de possibilidade da própria vida humana, e também em exigência ética. De novo, o útil e o ético uniram-se em uma única experiência.

Seguiram novas experiências da redondeza da terra, como por exemplo a experiência de limites de crescimento possível da população. Não obstante, nos anos oitenta houve outra vez um grande impacto quando apareceu a biotecnologia. A vida mesma havia sido transformada em objeto de uma nova ação humana, uma vez mais de

presença cotidiana. Reaparecia a ameaça do globo, e voltava a aparecer a exigência da responsabilidade pelo globo, só que desta vez surgia diretamente a partir do método das ciências empíricas. Ao desenvolver o conhecimento de elementos básicos da vida, o método tradicional da ciência empírica –o tratamento de seu objeto mediante sua parcialização– fez aparecer uma ameaça ao globo que vai de novo à raiz da modernidade. Já não é possível fazer uma distinção nítida entre o desenvolvimento de conhecimentos e sua aplicação. Na ciência da vida, e portanto na biotecnologia, o desenvolvimento do conhecimento já é sua aplicação. Não se pode desenvolver o conhecimento sobre clones humanos sem os fazer. O que agora se questionava não era tanto a maximização do lucro nos mercados, mas sim a própria percepção da cientificidade.

Novamente aparece a necessidade da responsabilidade humana frente à terra redonda. Porém desta vez trata-se de uma responsabilidade frente aos efeitos do próprio método científico.

A brutalização das relações humanas

Todo o anterior desembocou em uma crise geral da convivência humana. O desmoronamento das relações humanas que está em curso, afeta a própria possibilidade da convivência. Quanto mais aparece a exclusão crescente de setores da população humana, o comportamento inumano inevitável em relação a estes excluídos generaliza-se e é assimilado no comportamento mútuo entre os incluídos. Não aparece uma polarização entre incluídos, que mantém a capacidade de convivência, frente aos excluídos, que a perdem, mas sim que a perda transforma-se em perda geral. O pólo dos incluídos dissolve sua capacidade de convivência em um grau quiçá maior que o pólo dos excluídos. Trata-se da última ameaça global, que ao final pode resultar pior, porque incapacita frente à necessidade de enfrentar as outras. Aparece, por conseguinte, a responsabilidade frente à própria capacidade de convivência humana.

Esta responsabilidade tem algo de compulsivo, pese que não é algo que se dá de forma automática. Vivemos um tempo de rechaço desta responsabilidade. Não obstante, trata-se de uma responsabilidade frente a qual não existe neutralidade. Quando um amigo viaja nos entrega um objeto valioso para guardá-lo, podemos rechaçar esta responsabilidade alegando razões. O amigo, então, tem de procurar outros que o possam

guardar. Nossa atitude neste caso não é irresponsável, e sim pode até ser uma expressão de responsabilidade. A responsabilidade pelas condições de possibilidade, ao contrário, não é deste tipo. Somos responsáveis ainda que não queiramos. Se rechaçamos esta responsabilidade, não a tiramos de cima de nossos ombros. Somos então irresponsáveis. Podemos escolher entre responsabilidade e irresponsabilidade, mas não podemos nos furtar à escolha. Ou nos fazemos responsáveis do globo globalizado, ou estamos envolvidos em sua destruição.

A irresponsabilidade globalizada

Evidentemente nossa vida globalizou-se de uma maneira nova, como nunca havia ocorrido na história humana. A humanidade já não pode viver sem aceitar esta responsabilidade pelo globo. Isto se reflete na vida de cada um, enquanto sabe que vive em uma cadeia de gerações. Para que nós ou nossos filhos e filhas possam viver, é necessário aceitar esta responsabilidade. Estamos globalizados, queiramos ou não.

A mesma auto-realização como sujeitos nos compromete agora com a responsabilidade pelo globo, isto é, trata-se de uma responsabilidade global. A outra face da auto-realização resulta ser a afirmação do outro, e incluída nele, também a da natureza. Não podemos assegurar nossa vida destruindo a vida do outro. Temos que afirmar também a vida do outro. Isto nos permite resumir esta globalização em poucas palavras: o assassinato é um suicídio. O assassinato, agora empiricamente, deixa de ser uma saída.

Entretanto, não é forçoso aceitar esta situação. O suicídio é possível. Se esconde atrás do argumento da opção cínica: “Por que vou renunciar? No tempo de vida que provavelmente ainda tenho, posso seguir”. Só que se me entendo como uma parte da humanidade ou como sujeito em uma cadeia de gerações, não tenho esta saída do cínico. Tenho então que assumir a responsabilidade. O ético e o útil unem-se e entram em contradição com o cálculo de utilidade e do interesse próprio.

O processo de globalização do mundo, como o temos descrito até agora, é um processo do mundo real cujo resultado é a experiência de uma ameaça global que solicita uma responsabilidade global. Embora criada pela própria ação humana, tal globalização está presente na realidade tal como esta se enfrenta ao ser humano, isto é, como condição da possibilidade de viver. O ser humano está envolvido nesta realidade

porque sua vida depende dela. Se esta realidade afunda, também o ser humano afunda-se. O ser humano vive em uma *autopoiesis* com a realidade externa, como a chama Humberto Maturana.

A submissão das ciências ao cálculo meio-fim

Ao lado da conquista política da terra havia aparecido outra conquista, que desta vez referia-se a cada um dos componentes da terra ainda por conquistar. A ação mercantil, por um lado, e o método das ciências empíricas, por outro, incluíram todos os fatos e processos parciais para submetê-los também à conquista humana. Por isso, passam a um conceito de eficiência que consiste precisamente na abstração desta globalização da vida real, isto é, abstração das condições de possibilidade da vida humana. O mercado e o laboratório fazem abstração da globalidade da vida humana, para efetuar sua ação. Fazem abstração da redondeza da terra, do fato de que nosso planeta é um globo. Sua imagem da terra é a de uma planície infinita na qual se destrói uma parte para passar a outra, sem ter nunca um problema do globo. É uma imagem pré-ptolomeica. Somente por isso pode desenvolver uma ação –seja científica, seja mercantil– que julga sobre o mundo sob o único aspecto de sua racionalidade meio-fim, entendendo os meios e os fins como elementos parcializados de uma ação a ser calculada. Abstraem o fato de que a realidade é condição de possibilidade da vida humana. Logo, o sujeito deste método científico é um observador –*res cogitans* frente à *res extensa*– e o sujeito da ação mercantil é um ator reduzido ao cálculo das utilidades a partir de fins específicos. Nestas teorias da ação não cabe uma finalidade como a condição da possibilidade da vida humana. Falam da produção de produtos segundo a racionalidade meio-fim, sem falar nem da reprodução do produtor que produz estes produtos, nem da natureza, da qual se extraem as matérias primas para sua produção.

Daí que em nossa linguagem atual se fale unicamente da globalização dos mercados e da eficiência, entendendo a eficiência como uma ação meio-fim restrita. Trata-se de uma extensão global da abstração da ameaça global existente. O método científico usual enquadra-se com perfeição nesta globalização. Não proporciona nada a não ser conhecimentos aproveitáveis no âmbito comercial. Não pode proporcionar outros conhecimentos, porque seu próprio método não lhe permite sequer conhecê-los. Consiste em fazer abstração da globalização do mundo real, e em consequência da

realidade como condição de possibilidade da vida humana, e portanto o conhecimento do mundo globalizado real lhe escapa. A teoria da ação mais conhecida ainda hoje é a de Max Weber, a qual considera tais conhecimentos como “juízos de valor”, dos que sustentam que a ciência não os pode e não os deve efetuar. Quando Weber fala da ética da responsabilidade, postula a responsabilidade do cientista e do homem do mercado de não deixar-se levar por considerações do tipo das que fizemos acerca da globalização do mundo real. Por isso o que Weber chama ética da responsabilidade é, de fato, uma ética da irresponsabilidade mais absoluta.

Agora, se tanto o mercado como o laboratório vivem da abstração da globalização do mundo real, enquanto mundo globalmente ameaçado, por que se fala tanto da globalização dos mercados?

O abuso da “globalização real” em nome do mercado

Há outros aspectos da globalização dos quais até agora não falei, e que são destacados de modo unilateral pela tese da globalização dos mercados. Trata-se da globalização das mensagens, dos cálculos, dos transportes, e a conseguinte disponibilidade do globo. Neste sentido, fala-se da “aldeia global”. As mensagens e os cálculos podem ser feitos praticamente instantaneamente, e a partir de qualquer lugar do globo é possível alcançar qualquer outro lugar em menos de um dia de tempo de transporte. O globo foi posto em disponibilidade.

Isso deu possibilidade de constituir mercados globais, sobre tudo mercados financeiros. Porém, agora também é possível constituir redes de divisão social do trabalho planificadas por empresas multinacionais que dispõem globalmente. O aproveitamento desta globalização das mensagens levou a uma política econômica chamada política de globalização. Na América Latina trata-se do que muitas vezes se chama política neoliberal dos ajustes estruturais. Eles são a condição imposta ao mundo para o funcionamento desta economia global⁸².

Todavia se partimos de nossa análise anterior do processo de globalização real, podemos voltar a insistir em que este processo de globalização dos mercados baseia-se na abstração da globalização real. Faz pouco caso dela, e tem de fazê-lo. A globalização dos mercados arrasa globalmente com o mundo. De fato, trata-se melhor dizendo de

⁸² Ver a análise de Dierckxsens (1997).

uma totalização dos mercados. Um mundo globalizado é submetido de forma global a uma ação mercantil de cálculo linear meio-fim, que hoje se transforma quiçá no maior perigo para a sobrevivência humana.

O próprio fato da possibilidade de mensagens instantâneas não obriga a este tipo de totalização dos mercados, ainda que seja a condição sem a qual não seria possível. São determinados poderes os que impõem esta política, que de nenhuma maneira está predeterminada pelas tecnologias da comunicação.

Fazendo tudo o que dá lucros: o mito da eficiência

Ambos, tanto o método científico como a ação meio-fim mercantil, não podem se realizar senão fazendo abstração da globalização no nível da realidade. Por conseguinte, fazem abstração dos riscos para as condições de possibilidade da vida humana que aparecem a partir desta globalização. Ainda que se fale da globalização dos mercados, trata-se de uma abstração global da globalização no nível da realidade.

Porém, ao fazer abstração disso, os efeitos e os riscos que surgem da globalização no nível da realidade são invisibilizados. A abstração não os faz desaparecer, na realidade continuam iguais. Não obstante parecem sem importância e podem ser apagados com facilidade em nome de promessas vazias de progresso técnico. Em consequência, não há uma razão visível para não seguir com o desenvolvimento técnico, e tampouco para colocar em dúvida sua aplicação comercial. A ação meio-fim do mercado e o método científico usual conjuram-se. É a conspiração do mercado e do laboratório. Inclusive agora aparecem os mitos do progresso técnico em forma nova, como um mito de um progresso tão vigoroso que seja capaz, com suas conquistas, de superar com crescimento as destruições que produz.

Aparece o princípio: o que é eficaz, por isso é necessário e bom. O que se pode fazer, se deve fazer. Ademais, para saber o que se pode fazer há que fazê-lo. Ao não refletir para além da ação meio-fim, apenas aparecem limites aceitáveis para a ação. A mística do progresso apaga todos os limites. Transforma-se no portador da eficácia.

No entanto, os limites aparecem. Mas, desde o ponto de vista da eficácia aparecem como distorções para a ação racional, reduzida à ação meio-fim. Portanto, a partir desta lógica são percebidas como simples “interruptores” da fluidez do mercado e a teoria das expectativas racionais as enfoca desta maneira (Lucas Jr. e Sargent, 1981).

Somente a resistência traça os limites

Em efeito, os limites não aparecem na lógica desta ação racional reduzida, senão exclusivamente a partir da resistência de seres humanos e de movimentos de resistência que se opõem ao processo destrutivo resultante do cálculo meio-fim. A ação meio-fim não os descobre de por si. Por isso parecem ser o resultado de irracionalidades dos outros, que não se submetem ao que é a ação racional. Parecem os resultados da má vontade, da inveja, do “populismo”. E por isso também aparece como ideal da lógica do mercado global, a utopia de uma situação na qual se consegue desregular ou eliminar tais “interruptores” em sua totalidade, porque em aparência põe obstáculos ao funcionamento do livre mercado. O mercado total parece ser o máximo da racionalidade econômica.

Mesmo que a própria ação meio-fim não descubra os limites, de fato lhe são opostos limites a partir da resistência de pessoas afetadas. Portanto, esta ação desenvolve um critério segundo o qual é necessário estender os limites o mais possível. Toda ação tem que ser levada ao limite do possível para que todo o possível seja realizado. Todo âmbito humano é submetido a este pensamento da eficácia e do aproveitamento do conhecimento até o limite.

A união do mercado e do laboratório transforma-se em uma força totalizadora que chega a dominar globalmente. Suas diretrizes aparecem em todos os planos.

O limite do suportável

O general francês Massis dizia durante a guerra da Argélia: a tortura é eficaz; por conseguinte, é necessária. Do eficaz passa-se à afirmação da necessidade. Entretanto, a eficácia implica passar ao limite. A tortura somente é eficaz se leva o torturado até o limite do suportável. É como quando fazemos a prova de um material. Leva-se o objeto ao limite antes que se quebre (*Materialzerreißprobe*). Não obstante, o problema deste limite, é que não se pode conhecer *ex ante*. Quando o material é quebrado sabe-se que seu limite foi ultrapassado, ou seja, *ex post*. No caso do material sabe-se então até onde ele agüenta. No caso do torturador é diferente. Muitas vezes passa o limite. Porém, então o torturado está morto. A eficácia, entretanto, necessita deste conceito de limite, levar a prova até o limite.

Desde o começo da ciência empírica moderna, a imagem do torturador está em seu berço. Há mais de trezentos anos, Bacon anunciou as ciências da natureza com esta imagem: é necessário torturar a natureza para que solte seus segredos. Anunciou as ciências naturais como vivisseção contínua. Poderia ter dito o mesmo que o general Massis: a tortura é eficaz; por conseguinte, é necessária.

Deste modo Bacon respondeu ao Grande Inquisidor espanhol Torquemada, que no final do século XV fazia-se a seguinte pergunta: É lícito *não* torturar um herege? Sua pergunta era negativa. Não perguntava se era lícito torturar o herege, mas sim se era lícito não o torturar. O mesmo dava a resposta: não é lícito não o torturar, porque desta maneira lhe roubaríamos a última oportunidade para salvar sua alma eterna. O herege tinha o direito irrenunciável de ser torturado. Bacon unicamente secularizou esta posição pondo no lugar da alma eterna do herege o progresso técnico infinito. Desta maneira faz-se visível o fato de que a Inquisição foi a revolução cultural da qual nasceu a modernidade.

Também Kant se inscreve nesta tradição expressa por Bacon. Diz no Prólogo à segunda edição (1787) da *Crítica da razão pura*:

A razão deve acudir à Natureza levando em uma mão seus princípios, segundo os quais tão somente os fenômenos concordantes podem ter o valor de leis, e na outra o experimento, pensado segundo aqueles princípios; assim conseguirá ser instruída pela Natureza, mas não em qualidade de discípulo que escuta tudo o que o Mestre quer, mas sim na de juiz autorizado que obriga as testemunhas a responder às perguntas que lhes fazem (Kant, 1978)⁸³.

A palavra “obriga” (em alemão *nötigt*) implica o significado de tortura. Bacon, entretanto, pensava na tortura da natureza inclusive como passagem para realizar o sonho humano. Contudo, a relação tortura, eficácia e o limite do suportável estava estabelecida. Este conjunto contém segredos que o ser humano tem de revelar. Como cálculo de utilidade se acha presente em toda nossa consciência moderna, na ciência empírica e em nossas teorias. A vivisseção é seu princípio fundante.

⁸³ Ver também Augusto Serrano (1983).

Hoje parece que está sendo preparado um consenso sobre a ampliação deste enfoque da tortura até ao próprio ser humano. Há alguns anos o Primeiro Ministro do Estado da Baixa Saxônia (Niedersachsen) da Alemanha, Albrecht, publicou um livro no qual expôs que pode haver situações –por exemplo a chantagem ameaçadora para a vida por parte de um terrorista preso– nas quais se pode justificar a tortura.

Em 1996 o jornal espanhol *El País* publicou a seguinte notícia: “O Supremo israelense autoriza a tortura contra um prisioneiro político”:

Se ainda não o fizeram, agentes do serviço secreto israelense começaram a torturar legalmente um estudante palestino, submetendo-o, entre outros métodos, a violentas descargas como as que há um ano causaram a morte de um prisioneiro palestino. O farão com o amparo pleno da lei israelense por meio da controvertida decisão do Supremo Tribunal do Estado judeu que, revogando uma decisão anterior, autoriza os serviços de segurança interior (Shin Bet) a usar “pressão física moderada” no interrogatório de Mohamed Abdel Aziz Hamdán, acusado de atividades terroristas (*El País*, 16 de novembro de 1996: 8).

No mesmo jornal comenta-se: “‘Pressão física moderada’ não é mais que um eufemismo para a tortura que se pratica em Israel, supostamente a única democracia no Oriente Próximo”.

A tortura massiva inclusive é apresentada como um dar morte para que haja vida. Neste sentido pode servir uma citação de um torturador proeminente de Camp Delta no campo de concentração em Guantânamo. VanNatta terminou sua tarefa de superintendente de Camp Delta em setembro, dizia que hoje estava orgulhoso do que ele e suas tropas conseguiram: “Trata-se do ano mais importante que jamais vivi, porque estou convencido de que salvamos vidas,”. De regresso aos Estados Unidos, para dirigir a prisão de segurança máxima ao norte de Indianápolis, dizia:

Se resulta assim como creio que resultará, [Camp Delta] será considerada uma prisão única no se estilo. Se efetivamente que a informação que coletamos salvou vidas, será considerado como um dos mais adequados jamais feitos. No entanto, se se comprova que não houve inteligência (informação eficaz), então

tudo será visto como ação de um superpoder que usou seu poder arbitrariamente (*Washington Post*, 16 de junho de 2004: 26).

Torturar até o limite sem passá-lo, para que se solte um segredo. Isso é o Ocidente desde Bacon. Porém é apresentado por sua vez como um serviço à mesma vida que se está destruindo.

Este mesmo princípio aparece no contexto das relações sociais. Lester Thurow, economista do Massachusetts Institute of Technology (MIT), escreve que “os capitalistas americanos declararam a seus trabalhadores a guerra de classes –e a ganharam”. Em uma entrevista lhe perguntaram: o que ocorrerá, em sua opinião, com a economia globalizada moderna? Sua resposta foi que estamos pondo a prova o sistema. Até onde podem cair os salários, até que quantidade pode subir a taxa de desemprego, antes de quebrar o sistema. “Creio que os seres humanos estão retirando-se cada vez mais [...] estou convencido de que os seres humanos normalmente só aceitam as necessidades, quando entram em crise”. O que se põe a prova não é unicamente o ser humano, mas também o sistema. São as próprias relações humanas. Não só o sistema é posto a prova, também a democracia.

E um jornalista faz a pergunta: “quanto mercado agüenta a democracia?”. Em um jornal alemão pergunta-se: “quanto esporte agüentam os Alpes?”. Tudo é torturado: a natureza, as relações humanas, a democracia e o próprio ser humano. Tudo, para que solte seus segredos. É o cálculo de utilidade (interesse próprio) o que rege e está à espreita para destruí-lo todo.

Tudo ocorre em nome da felicidade prometida como resultado desta utilidade calculada maximizada. O general Humberto Gordon, chefe do CNI chileno, disse: “A segurança Nacional é como o amor: nunca é suficiente” (*El Mercurio*, 4 de dezembro de 1983).

Este é o ministério de amor de Orwell. Porém é obviamente também um retorno de Torquemada. Tudo isso é levado ao limite; todavia, nos damos conta do limite no momento em que o passamos.

Quando o torturado morre, sabemos que passamos do limite.

Quando as relações humanas já não resistem, sabemos que passamos do limite do

suportável.

Quando a natureza é destruída irreversivelmente, sabemos que passamos do limite.

Só que, ao contrário da prova do material, uma vez passado o limite não há volta atrás. Sabemos o limite *ex post*, Porém este saber já não nos serve. É inútil. Ninguém pode ressuscitar a os mortos.

Aqui reside o problema: passar o limite é um suicídio coletivo da humanidade. O cálculo de utilidade devora a todos.

Passado o limite do suportável, passou-se o ponto de não-retorno. Meadow, o responsável principal do informe do Clube de Roma do ano 1972, “Os limites do crescimento”, respondeu em uma entrevista à pergunta de se não queria realizar hoje um estudo de repercussões parecidas: “Por suficiente tempo tratei de ser um evangelista global, e tive que aprender que não posso mudar o mundo. Ademais, a humanidade comporta-se como um suicida, e não tem sentido argumentar com um suicida uma vez se saltou da janela” (Meadow, 1989: 118).

Isso significa que, segundo Meadow, passou-se o ponto de não-retorno quanto à destruição do meio ambiente. A conclusão correspondente é, então, que já não se pode fazer nada. Porém isso significa, por sua vez, que se pode seguir sem preocupações porque o resultado é o mesmo, siga-se com a destruição atual ou não.

Não obstante, o ponto de não-retorno é tão pouco calculável como os próprios limites do suportável frente ao processo do crescimento econômico. Somente a morte indica haver chegado ao ponto de não-retorno.

Porém, a lógica desta argumentação é aparentemente implacável e, portanto, desesperante. Ao buscar o aproveitamento do processo até o limite do suportável, se o continua sem maiores preocupações. Uma vez enfrentado as críticas concluintes, se pode sustentar que se passou do ponto de não-retorno. O que segue, é, que se pode continuar o mesmo processo sem maiores preocupações. As especulações sobre o limite do suportável apagam-se e aparece um processo de destruição sem nenhum limite, adornado pelas especulações sobre os limites do suportável e sobre o ponto de não-retorno.

Necessitamos de outro conceito do útil

Resulta, pois, que é útil opor-se ao cálculo de utilidade. A responsabilidade é útil ao opor-se a esta totalização do cálculo de utilidade. É útil, e por sua vez é uma exigência ética. A ética e a utilidade aparecem agora na mesma dimensão. Esta dimensão é ao mesmo tempo a dimensão da globalização do mundo real, na qual o assassinato é um suicídio. Segundo o cálculo de utilidade é útil arrasar as florestas da Amazônia. No entanto, é útil, não fazê-lo. Trata-se desta utilidade.

Esta parece ser a resposta. O não torturar é útil, ainda que não se obtenha a informação que a tortura poderia propiciar. É útil manter as relações sociais vivas, ainda que haja menos lucros. É útil conservar a natureza, ainda que as taxas de crescimento sejam mais baixas. Mas realizar o que é útil é, por sua vez, uma exigência da ética. A ética é útil, entretanto encontra-se em um conflito constante com a maximização da utilidade mediante o cálculo da utilidade. O responsável é basear-se nesta ética.

Esta posição tem um pressuposto básico: o pressuposto do reconhecimento do outro como sujeito além de qualquer cálculo de utilidade. Reconhecimento não somente do outro ser humano, mas também de qualquer ser natural do mundo que nos rodeia. É necessária uma constante relativização do cálculo de utilidade para assegurar a condição de possibilidade da vida humana.

A cultura da segurança, da qual hoje se fala tanto, não pode atuar senão com base neste reconhecimento do outro. O medo é um mal guia. Não leva de nenhuma forma automaticamente à opção da segurança. Com muito mais probabilidade leva ao heroísmo do suicídio coletivo da humanidade, à marcha dos Nibelungos.

Temos que nos basear na afirmação do outro além do cálculo da utilidade. E isso é ao mesmo tempo útil e responsável. Unicamente assim podem ser fundamentados os direitos humanos. Inclusive o reconhecimento da natureza além de qualquer cálculo de utilidade e de não ser destruída, é um direito humano.

Bibliografia

- Alleg, Henri 1974 *La tortura* (Buenos Aires: Editorial El Yunque).
- Assmann, Hugo e Hinkelammert, Franz J. 1989 *A idolatria do Mercado. Ensaio sobre Economia e Teologia* (São Paulo: Vozes).
- Benedetti, Mario 1979 *Pedro y el Capitán* (México: Nueva Imagen).

- Benjamin, Walter 1973 “La obra de arte en la época de reproducibilidad técnica” em *Discursos interrumpidos I* (Madri: Taurus).
- Bloch, Ernst 1983 *El ateísmo en el cristianismo. La religión del éxodo y del Reino* (Madri: Taurus).
- Buchanan, James M. e Tullock, Gordon 1962 *The Calculus of Consent* (Michigan: Logical Foundations of Constitutional Democracy).
- Dierckxsens, Wim 1997 *Los límites de un capitalismo sin ciudadanía* (São José: DEI).
- Girard, René 1982 *El misterio de nuestro mundo. Claves para una interpretación antropológica. Diálogos con J. M. Oughourlian y G. Lefort* (Salamanca: Sígueme).
- Girard, René 1986 *El chivo expiatorio* (Barcelona: Anagrama).
- Hinkelammert, Franz J. 1991 *Sacrificios humanos y sociedad occidental: Lucifer y la bestia* (São José: DEI).
- Hinkelammert, Franz J. 2002 *Crítica de la razón utópica* (Bilbao: Desclée de Brouwer).
- Kant, Immanuel 1978 (1787) *Crítica de la razón pura* (Madri: Alfaguara).
- Krugman, Paulo 1996 *The Self-Organizing Economy* (Malden-Oxford: Blackwell).
- Lechner, Norbert 1988 *Los patios interiores de la democracia: subjetividad y política* (Santiago: FLACSO).
- Lucas, Robert E. Jr. e Sargent, Thomas J. 1981 *Rational Expectations and the Econometric Practice* (Minneapolis: University of Minnesota Press).
- Luxemburgo, Rosa 1967 *La acumulación del capital* (México: Grijalbo).
- Meadow, Dennis 1989 “Entrevista”, em *Der Spiegel* N° 29.
- Nietzsche, Friedrich 1972 *La genealogía de la moral* (Madri: Alianza).
- Serrano, Augusto (1983) *Textos clásicos del pensamiento filosófico y científico* (Tegucigalpa: Editorial Universitaria).
- Sung, Jung Mo 2005 *Sujeto y sociedades complejas* (São José: DEI).
- Todorov, Tzvetan 1989 *La conquista de América. El problema del otro* (México: Siglo XXI).
- Toffler, Alvin 1991 *Powershift. Knowledge, Wealth and Violence at the Edge of the 21st Century* (Nova Iorque: Bantan Books).